

MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Tapejara - 88 - CEP 87780000 - Fone: (44) 3431-8000 - CNPJ: 75.476.556/0001-58
paraissidonorte.pr.gov.br - e-mail: compras@paraissidonorte.pr.gov.br

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2025 - ID 201
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2025
REGISTRO DE PREÇO

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco na sede do MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE, sito a Avenida Tapejara, nº 88 - Centro, no Município de Paraíso do Norte, Estado do Paraná, os Pregoeiros do Município GUILHERME MARIN ELVIRA; JOÃO CARLOS DOS SANTOS; MARCIA FERRATTO DE OLIVEIRA GUIRRO, sua equipe de apoio os senhores(as) ACELINO JOSÉ CARDOSO DA SILVA; ALISON FELIPE LEITE DE SOUZA; ELIANA APARECIDA TRONCHINI BRAGATTO; GEISIEL APARECIDA RAMOS; JULIANA PATRICIA DE PAULA; LUCIANA APARECIDA DOS SANTOS; MATEUS COMINE MENDES FERREIRA; RAFAEL BARROS DE FREITAS; SANDRA APARECIDA DA SILVA; SANDRA MARIA LOPES; TATIANE INÊS KLAUCK, nomeados pelo Decreto nº 1875/2024 de 16/12/2024, em conformidade com a Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações, Decreto Municipal nº 1561/2023 e demais legislações aplicáveis, conforme a classificação apresentada no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2025, REGISTRO DE PREÇO.

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objetivo para Registro de preços para futuras aquisições do Departamento de Saúde e Departamento de Educação de fórmulas infantis, dietas e suplementos alimentares especiais para crianças e adultos - CONFORME ANEXO I. Finalidade dos itens para o Departamento de Saúde: As futuras aquisições são para atender demandas de crianças e adultos e/ou portadoras de doenças crônicas, que foram revogados no Pregão Eletrônico nº 118/2024, devido à necessidade de atualização do descritivo pela área técnica. Finalidade dos itens para o Departamento de Educação: As futuras aquisições de fórmulas infantis, suplementos alimentares destina-se a atender as necessidades nutricionais dos alunos matriculados na Rede Municipal de Educação - Produtos que foram considerados desertos no Pregão 76/2024, conforme especificações constantes no Termo de Referência, do Edital de Pregão Eletrônico nº 35/2025 - REGISTRO DE PREÇOS, assim como a proposta da vencedora, para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraidas, integram esta Ata, como se nela estivessem transcritos.
1.2. O Órgão Gestor, a licitante detentora do registro, as especificações do(s) objeto(s), o preço registrado, as quantidades e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Órgão Gestor: MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE, inscrito no CNPJ nº 75.476.556/0001-58, com sede a Avenida Tapejara, nº 88 - Centro, no Município de Paraíso do Norte, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Carlos Alberto Vizzotto.

Licitante Detentora: EFFRA IN HUB DE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA., inscrito no CNPJ nº 54.388.779/0001-93, situada na Rua CASTRO ALVES, nº 505, ZONA 06 - Maringá/PR, com seu representante legal Jhonatan Candido De Souza.

Especificações dos objetos, as quantidades estimadas, a marca, o preço unitário registrado

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	Dieta enteral em pó, nutricionalmente completa, uso adulto, polimérica, normoproteica, normolipídica, normocalórica, com flexibilidade para diluição e densidade calórica, boa diluição que não forme grumos, proteínas de alto valor biológico, com ômega 3, isenta de lactose e glúten, que contenha colágeno medida. Compra efetuada por graminagem, sendo embalagens de apresentação a partir de 400 gramas.	Nutro	Gramas	307.200	R\$ 0,0850	R\$ 26.112,00
Total geral:						R\$ 26.112,00

2. DA VIGÊNCIA
2.1 A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a partir da data da sua assinatura. Esse prazo pode ser prorrogado por mais 12 (doze) meses com Base legal no Art. 23 do Decreto Federal nº 11.462/2023, desde que sejam atendidas todas as condições a seguir:

1. Ainda existe saldo disponível na Ata (ou seja, parte das quantidades registradas ainda não tenha sido utilizada);
2. Os preços registrados permaneçam vantajosos para a Administração, com base em pesquisa de mercado atualizada;
3. Não haja necessidade de alterar os quantitativos registrados, pois não é permitido fazer aditivos para aumentar as quantidades da Ata - Art. 23 do Decreto Federal nº 11.462/2023;
4. Haja manifestação formal de concordância do fornecedor detentor do item ou lote a ser registrado.

Para efeito de prorrogação, o setor responsável deverá:

- Realizar pesquisa de preços atualizada;
- Verificar o saldo remanescente;
- Solicitar anuência do fornecedor por escrito;
- Elaborar justificativa formal, com os documentos acima;
- Submeter à autoridade competente para decisão.

2.2 A soma da vigência original e da eventual prorrogação não poderá ultrapassar o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme previsto no art. 22 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

2.3 Base legal sobre a prorrogação da Ata de Registro de Preços: A possibilidade de prorrogação da Ata de Registro de Preços encontra respaldo no art. 84, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que a vigência da ata não poderá exceder 1 (um) ano, admitindo-se sua prorrogação por igual período, desde que comprovado que os preços registrados continuam vantajosos, nos termos do regulamento. O Decreto Federal nº 11.462/2023, em seu art. 22, complementa essa previsão ao dispor que o prazo de vigência da ata será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia (útil) subsequente à sua divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço permanece vantajoso.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, segue assinada pelas partes.

Paraíso do Norte, 23 de junho de 2025

MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE
Carlos Alberto Vizzotto
Prefeito Municipal

EFFRA IN HUB DE COMERCIO E SERV. LTDA.
JHONATAN CANDIDO DE SOUZA
Representante Legal

GERSON PEREIRA DA SILVA
Diretor do Departamento de Saúde
Gestor

JULIANA PATRICIA DE PAULA
Servidor Designado
Fiscal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ

Rua Dom Pedro II, nº 800, Centro, São João do Caiuá - PR, a sede denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Prefeito, o Sr. STEFAN TOMÉ PAUKA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma

CEP 87.740-000 - São João do Caiuá - Paraná

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2025

PROCESSO Nº 033/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025

MINUTA DA ATA REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO (GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E EMBALAGENS) PARA CAMPANHA DE VACINAÇÕES E REUNIÕES, VOLTADOS A SAÚDE, DESTES MUNICÍPIO.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ - PR, INSCRITO NO CNPJ Nº 76.238.435/0001-30, com sede em São João do Caiuá, PR, a sede denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Prefeito, o Sr. STEFAN TOMÉ PAUKA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025, para REGISTRO DE PREÇO, PROCESSO LICITATORIO Nº 033/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa D CAMPI ALIMENTOS LTDA., inscrita(a) no CNPJ/MF sob o nº 60.496.699/0001-54, sediada(a) na Rua Marechal Figueiredo, nº 209, Sala 01, Jardim Dona Marcelina II, Paicandu/PR - CEP: 87140-000, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por

MAISA DE CAMPOS NASSER, portadora do RG sob nº 10.325.240-7 e CPF sob nº 066.416.599-09, indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e na Portaria nº 4.703 de 19/01/2023 e demais disposições legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

- CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E ACONDICIONAMENTO EMBALAGENS (PÃES E MARMITAS), DEPENDADOS AO DEPARTAMENTO DE SAÚDE DESTES MUNICÍPIO URBANOS E DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DESTES MUNICÍPIO, especificado no Termo de Referência, anexo I do edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025, que é parte integrante desta Ata assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição. E sua Dotação Orçamentária:

07.001.10.301.0022.2.081.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

07.001.10.301.0022.2.081.3.3.90.30.00.00. - 303 - MATERIAL DE CONSUMO

07.001.10.301.0022.2.081.3.3.90.30.00.00. - 494 - MATERIAL DE CONSUMO

07.001.10.301.0022.2.081.3.3.90.32.00.00. - 1000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

07.001.10.301.0022.2.081.3.3.90.32.00.00. - 494 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

- CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Valor Máximo do Lote: R\$ 10.949,25 (dez mil, novecentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos).

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unid	Quant	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1	ACÚCAR CRISTAL PACOTE COM 5 KILOS CADA, EMBALADA EM SACO DE POLIETILENO DE 200 GRAMAS, SEM SUJEIÇÕES, PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE 180 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM ORIGINAL DEVIDAMENTE IDENTIFICADA, COM RÓTULO CONTENDO TODAS AS INFORMAÇÕES DO PRODUTO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. MARCA SUGERIDA: ALTO ALEGRE, D'OURO OU UNIAO.	DOURO	Pct	30	17,20	516,00
1	2	ALFACE CRESPA DE PRIMEIRA QUALIDADE, FOLHAS DE COLORAÇÃO VERDE, FRESCA, LIMPAS, SEM MARCAS DE INSETOS, ISENTA DE FOLHAS MURCHAS DANIFICADAS OU AMARELADAS. EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM EMBALAGEM PLÁSTICA COM NO MÍNIMO 300GR.	CEASA	Unid	50	4,27	213,50
1	3	ALHO A GRANEL DE 1ª QUALIDADE PRODUTO NÃO DEVERÁ APRESENTAR PROBLEMAS COM COLORAÇÃO, NÃO ESTAR MACHUCADO, MURCHO, PERFURADO, MUITO MADURO E NEM MUITO VERDE, DEVENDO ESTAR INTACTO E EMBALADOS DE ACORDO COM A SOLICITAÇÃO ACONDICIONADOS EM CAIXAS PRÓPRIAS LIVRE DE PRAGAS E LARVAS, BULBOS TÍPIDOS, FIRMES E GRAUDOS.	CEASA	KG	5	32,22	161,10
1	5	BATATA INGLESA DE 1ª QUALIDADE, TAMANHO REGULAR, PRODUTOS FRESCOS E COM GRAU DE MADURAÇÃO INTERMEDIÁRIO, DEVERÁ APRESENTAR ODOUR AGRADEVEL, CONSISTÊNCIA FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM, SEM RACHADURAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS.	CEASA	KG	15	3,99	59,85
1	10	CEBOLA BRANCA SELECIONADA DE 1ª QUALIDADE, OU SEJA, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, LIMPAS, GRAUDAS, COM COLORAÇÃO UNIFORME, SEM MANCHAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS E ISENTA DE PARASITAS E LARVAS. ENTREGUE EM CAIXAS PLÁSTICAS VASADAS E LIMPAS.	CEASA	KG	10	3,96	39,60
1	11	CENOURA SELECIONADA DE 1ª QUALIDADE, OU SEJA, SEM FERIMENTOS	CEASA	KG	10	5,18	51,80

	OU DEFEITOS (RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES) LIVRES DE TERRA ADERIDA À SUPERFÍCIE, LIMPAS, GRAUDAS, COM COLORAÇÃO UNIFORME, SEM MANCHAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS E ISENTA DE PARASITAS E LARVAS. ENTREGUE EM CAIXAS PLÁSTICAS VASADAS E LIMPAS.						
1	12	CHEIRO VERDE (SALSINHA E CEBOLINHA) - CARACTERÍSTICAS: DEVERÃO ESTAR FRESCOS E SÃO, APRESENTAR FOLHAS VERDES, SEM PRESENÇA DE FOLHAS AMARELADAS, SEM DANOS FÍSICOS ORRUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ISENTO DE SUJEIÇÕES, PARASITAS E LARVAS. MACO DE NO MÍNIMO 250GR - EMBALADO EM SACOLA PLÁSTICA DESCARTÁVEL.	CEASA	Maço	20	3,93	78,60
1	13	CHEMICHURRI EMBALAGEM LACRADA COM VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. PACOTE COM 30 (TRINTA) GRAMAS, sugestão de MARCA: J MORRINHOS, CATÊMAR, DONA NENA, KITANO OU KAMAR.	CATEM AR	Pct	20	2,00	40,00
1	14	FEIJÃO CARIOQUINHA TIPO 1 - FEIJÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE, CONSTITUÍDO DE NO MÍNIMO 98% DE GRÃOS NA COR CARACTERÍSTICAS A VARIEDADE CORRESPONDENTE DE TAMANHO E FORMATO NATURAIS MADUROS, LIMPOS E SECOS EMBALAGEM ORIGINAL DEVIDAMENTE IDENTIFICADA, COM RÓTULO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. PACOTE DE 01 KG, SUGESTÃO DE MARCA: GRÃO BRILHANTE, GREGO OU D'OURO.	DONA KIKI	KG	5	6,00	30,00
1	15	GELATINA EM PO COM SABOR, SABORES DIVERSOS, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 30 GRAMAS. EMBALAGEM ORIGINAL DEVIDAMENTE IDENTIFICADA, COM RÓTULO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. SUGESTÃO DE MARCA: DR OETKER, APTI OU ROYAL.	APTI	UND	200	1,10	220,00
1	16	LEITE INTEGRAL, LONGA VIDA, ENVASADO EM CAIXA TETRA PAK DE 01 (UM) LITRO, EMBALAGEM ORIGINAL DEVIDAMENTE IDENTIFICADA, COM RÓTULO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. PACOTE DE 01 KG, SUGESTÃO DE MARCA: BENEITA, OU OLÍMPIA.	LIDER	lt	120	4,90	588,00

1	17	MACARRÃO ESPAGUETE SEMOLADO, PACOTE DE 500 GRAMAS COM VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM ORIGINAL DEVIDAMENTE IDENTIFICADA, COM RÓTULO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. PACOTE DE 01 KG, SUGESTÃO DE MARCA: BENEITA, OU OLÍMPIA.	JOIA	KG	10	5,90	59,00
1	18	MAIONESE DE PRIMEIRA QUALIDADE POTE COM 500 GRAMAS COM VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM ORIGINAL DEVIDAMENTE IDENTIFICADA, COM RÓTULO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. SUGESTÃO DE MARCA: HELLMANS, LIZA, ARISCO OU QUERO.	SUAVIT	Unid	30	5,40	162,00
1	19	MOLHO DE TOMATE TRADICIONAL SACHÊ COM 340 GRAMAS COM VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM ORIGINAL DEVIDAMENTE IDENTIFICADA, COM RÓTULO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. SUGESTÃO DE MARCA: QUERO, POMAROL, OLÍMPIA.	DELL NONIO	SA	50	1,97	98,50
1	20	ÓLEO DE SOJA REFINADO EMBALAGEM COM 900 ML, COM VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM ORIGINAL DEVIDAMENTE IDENTIFICADA, COM RÓTULO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. SUGESTÃO DE MARCA: COCAMAR, SOYA OU LIZA.	COCAM AR	Emb	50	7,00	350,00
1	21	OVOS EXTRA BRANCO, SEM DANOS FÍSICOS, ISENTO DE ALTERAÇÕES DE COR, ODOUR, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, CARTELA DE PAPELÃO E PLÁSTICO FILME, CARTELA COM 30 UNIDADES.	MANDA GUAÇU	Cart	5	21,40	107,00
1	22	PEPINHO JAPONÊS EXTRA (COMPRIMENTO ENTRE 20 E 25CM); CASCA COM COLORAÇÃO VERDE ESCURA, TEXTURA DA POLPA CROCANTE; O LOTE DEVERÁ APRESENTAR HOMOGENEIDADE VISUAL DE TAMANHO E COLORAÇÃO; NÃO APRESENTAR OS DEFEITOS PODRIDÃO, FERIMENTO, DEFORMAÇÃO GRAVE, NEM SER ENTREGUE EM CAIXAS LIMPAS.	CEASA	KG	10	5,48	54,80
1	23	REPOLHO VERDE FRESCO 1ª QUALIDADE, CABECA FECHADA, SEM FERIMENTOS,	CEASA	KG	10	5,78	57,80

		FIRME, SEM MANCHAS E COLORAÇÃO UNIFORME, EMBALADOS SEPARADAMENTE COM PLÁSTICO FILME.					
1	24	TOMATE DE 1ª QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM ASPECTO VÍCIOSO E BRILHANTE, NÃO APRESENTAR ODOUR, SUJEIRA OU MACHUCADOS.	CEASA	KG	20	8,03	160,60
1	28	PIRULITOS SABORES VARIADOS PACOTE COM NO MÍNIMO 500 GRAMAS MARCA SUGERIDA: DORI, SIMONETTO, 7 BELO OU SANTA RITA.	ERLAN	Pct	200	9,50	1.900,00

1	30	BALAS SABOR IOGURTE. PACOTE COM 600 GRAMAS, SUGESTÃO DE MARCA: SIMONETTO, DORI, SANTA RITA, ICE KISS, EQUIVALENTE OU SUPERIOR.	ERLAN	Pct	200	8,80	1.760,00
1	32	MILHO DE PIPOCA, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS, SUGESTÃO DE MARCA: BEIJAFLO, YOKI OU ZALEI. CASO O FORNECEDOR, APRESENTE MARCA DIFERENTE DA SUGERIDA, DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, APRESENTAR CATALOGO DO PRODUTO OFERTADO, QUE COMPROVE SER DE IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE, LOGO APÓS SER DECLARADO VENCEDOR DO ITEM, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.	CATEM AR	Emb	100	2,85	285,00
1	36	CREME DE LEITE 17% GORDURA, EMBALADO EM CAIXA TETRA PACK DE NO MÍNIMO 200GR. EMBALAGEM DEVE CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, PORCENCIA, AVALIAÇÃO NUTRICIONAL. DEVE ATENDER AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DIPA E DO REGULAMENTO DE INSPEÇÃO DA INDÚSTRIA SANITÁRIA. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES, SUGESTÃO DE MARCA: LIDER, ITALAC, CCGI OU PIRACANUIBA. CASO O FORNECEDOR, APRESENTE MARCA DIFERENTE DA SUGERIDA, DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, APRESENTAR CATALOGO DO PRODUTO OFERTADO, QUE COMPROVE SER DE IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE, LOGO APÓS SER DECLARADO VENCEDOR DO ITEM, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.	LIDER	Unid	30	4,00	120,00
1	37	LEITE CONDENSADO - EMBALAGEM TETRA PARK. EMBALAGEM COM 395 GRAMAS. MARCA SUGERIDA: FRIMESA, PIRACANUIBA, ITALAC, ITAMBE, ELEGÉ, GLORIA, MOCOCA OU MARAJÓARA. CASO O FORNECEDOR, APRESENTE MARCA DIFERENTE DA SUGERIDA, DEVERÁ,	TRIANGULO	Emb	30	5,40	162,00

		OBRIGATORIAMENTE APRESENTAR CATALOGO DO PRODUTO OFERTADO, QUE COMPROVE SER DE IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE, LOGO APÓS SER DECLARADO VENCEDOR DO ITEM, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.					
1	38	BATATA PALHA- EMB C/ 500 GRAMAS BATATA PALHA- EMBALAGEM DEVE CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, PORCENCIA, AVALIAÇÃO NUTRICIONAL. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES.	MAIS SABOR	Emb	20	13,00	260,00
1	41	COLHER DESCARTÁVEL PARA REFEIÇÃO, MATERIAL: POLIESTIRENO (PS) COR: TRANSPARENTE DIMENSÕES: 150MM X 35MM, UNIDADES POR EMBALAGEM: 50 UNIDADES. CERTIFICAÇÃO: INMETRO, MARCA SUGERIDA: PRA FESTA, PLAZAPEL OU PLASTILANIA.	POSSA MAI	Pct	30	6,00	180,00
1	44	BEBIDA AÇÚCAR UHT 200ML SABOR CHOCOLATE. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR A DATA DA FABRICAÇÃO E NÚMERO DE LOTE. VALIDADE DO PRODUTO DEVE SER ENTREGUE EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL, SUGESTÃO DE MARCA: TODDYNH, CHOCOMIL OU ITALAC.	LIDER	Unid	600	1,10	660,00
1	45	CANJICA MILHO - EMBAL. 500GR. GRUPO MISTURADA: SUBGRUPO: DESPELUCADA; CLASSE BRANCA; TIPO I SUGESTÃO DE MARCA: ZALEI, PINDUCA OU SINHA COM VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES NA DATA DA ENTREGA. Caso o fornecedor, apresente marca diferente da sugerida, deverá, obrigatoriamente apresentar catálogo do produto ofertado, que comprove ser de igual ou superior qualidade, logo após ser declarado vencedor do item, sob pena de desclassificação.	CATEM AR	Pct	40	4,50	180,00
1	47	BALAS DE CHOCOLATE. PACOTE COM 50 UNIDADES, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 750 GRAMAS, SUGESTÃO DE MARCAS: GAROTO, LACTA, OU ARCOR. EMBALAGEM DEVE CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, PORCENCIA, AVALIAÇÃO NUTRICIONAL. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES. Caso o fornecedor, apresente marca diferente da sugerida, deverá, obrigatoriamente apresentar catálogo do produto ofertado, que comprove ser de igual ou superior qualidade, logo após ser declarado vencedor do item, sob pena de desclassificação.	ARCOR	Pct	30	49,6700	1.490,10
1	52	BANANA NÂNICA DE 1ª QUALIDADE COM MÉDIO GRAU DE MADURAÇÃO DEVE ESTAR COM SUAS CARACTERÍSTICAS ORGÂNICAS SALDAVEIS, NEM MUITO	CEASA	KG	50	5,6000	280,00

		MADURO E NEM MUITO VERDE, SEM NENHUMA LESÃO FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA. ENTREGUE EM CAIXAS PLÁSTICAS VASADAS E LIMPAS.					
1	53	MACA GULA EXTRA DE PRIMEIRA QUALIDADE, CASCA ÍNTEGRA, CONSISTÊNCIA FIRME.	CEASA	KG	50	12,48	624,00

- CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a máximo cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao máximo quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

Após a manifestação de que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

- CLÁUSULA QUARTA - VALIDADE DA ATA E PRAZO DE ENTREGA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme descrito no art. 84 da

Lei 14.133/2021. E o prazo para entrega dos produtos deverá ser conforme o Termo de Referência, sendo ainda que se houver atrasos sem justificativa na entrega dos produtos a empresa poderá sofrer sanções.

- CLÁUSULA QUINTA - REVISÃO E CANCELAMENTO

Haverá atualização periódica dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço do mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O registro do fornecedor será cancelado quando: descumprir as condições da ata de registro de preços;

■ não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

■ não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

■ sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas acima será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados: por razão de interesse público; ou a pedido do fornecedor.

- CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

- CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Projeto Básico/Termo de Referência (ANEXO I).

No caso de registro de preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

■ contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

■ contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

- CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do objeto será efetuada pelos Fiscal do Contrato conforme Portaria nº 6.423/2025, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo I do Edital.

- CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A critério do MUNICÍPIO, respeitada a ordem de classificação, o Setor de Licitação, convocará os proponentes classificados para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços, observado o prazo de validade da proposta, sob pena de decair do direito a ter seu preço registrado, na forma da Lei nº 14.133/21.

A Ata de Registro de Preços não obriga ao MUNICÍPIO a firmar a contratação, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente.

Se os licitantes classificados, convocados dentro do prazo de validade de suas propostas, deixarem de assinar a ARP, não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa aceita pela Setor de Licitação junto com o Jurídico do Município, o Pregoeiro, examinará as propostas subsequentes e a habilitação dos licitantes, seguindo a ordem de classificação, até a apuração da proposta que atenda ao Edital, podendo ainda, negociar o preço.

O MUNICÍPIO avaliará o mercado constantemente, promovendo as negociações necessárias ao ajustamento do preço, publicando trimestralmente os preços registrados.

Os preços serão publicados no DOM (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO), e no site do Município de SÃO JOÃO DO CAIUÁ.

Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, o Departamento Solicitante negociará com o FORNECEDOR sua redução, caso contrário, o signatário da Ata poderá requerir, por escrito, o cancelamento do registro do seu preço, devendo anexar ao requerimento documentação comprobatória.

O FORNECEDOR, antes de ser convocado para a retirada da Nota de Empenho, poderá requerir o MUNICÍPIO, por escrito, o cancelamento do registro, se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado ou por outro motivo superveniente, devendo apresentar documentação comprobatória do fato alegado, ressalvada a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/21.

Nessa hipótese, ocorrendo o cancelamento, o FORNECEDOR ficará exonerado da aplicação de penalidade.

Cancelado o registro, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, possibilitando igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações e não existindo mais preços registrados, o MUNICÍPIO procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, relativamente ao lote que restar frustrado.

Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço registrado em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado, mediante petição a ser protocolizada no Setor de Protocolo do Município.

O setor de Contabilidade emitirá Nota de Empenho, desde que precedida de comprovação, pelo FORNECEDOR, de que mantém todas as condições de habilitação ou de qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar o MUNICÍPIO, de imediato, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado; o que deverá ser averiguado pela Departamento Solicitante;

O Departamento solicitante, deverá realizar o controle da entrega dos equipamentos, qualitativa e quantitativamente, visando, inclusive, que não se exceda o limite estimado para a contratação.

Os fornecedores que tiverem seus preços registrados deverão designar um membro efetivo de seu quadro permanente de empregados como responsável pela ARP junto o MUNICÍPIO.

O Departamento Solicitante poderá, a qualquer momento, solicitar aos fornecedores que tiverem seus preços registrados a substituição do responsável, caso o mesmo não conduza de forma satisfatória a administração da ARP e das contratações de lá decorrentes.

O MUNICÍPIO não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, na Ata ou Termo de Referência.

- CLÁUSULA DÉCIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

As partes garantem que tomarão todas as medidas de segurança, de governança e boas práticas no tratamento de dados e informações. A adoção das medidas deverá levar em conta a Lei 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), e diretrizes,

padrões técnicos e boas práticas a serem determinadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, o que poderá incluir selos, certificados e códigos de conduta regularmente emitidos.

- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO

É eleito o Foro da Comarca de ALTO PARANÁ - PR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas.

São João do Caiuá/PR, 25 de junho de 2025.



CONTRATANTE
STEFAN TOMÉ PAUKA
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
MAISA DE CAMPOS NASSER
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

1



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ

Rua Dom Pedro II nº 800, Caixa Postal nº 01
Fone/Fax (0xx44) 3445-8120 - CNPJ 76.238.433/0001-30
E-mail www.saojoaodo Caiuá.pr.gov.br

CEP 87.740-000 - São João do Caiuá - Paraná

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2025

PROCESSO Nº 033/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025

MINUTA DA ATA REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO (GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E EMBALAGENS) PARA CAMPANHAS DE VACINAÇÕES E REUNIÕES, VOLTADOS A SAÚDE, DESTA MUNICÍPIO.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ - PR, INSCRITO NO CNPJ Nº 76.238.433/0001-30, com sede na Rua Dom Pedro II, 800, Centro, São João do Caiuá - PR, a seguir denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Prefeito, o Sr. STEFAN TOMÉ PAUKA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025, para REGISTRO DE PREÇO, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa NOROESTE LICITAÇÕES LTDA, inscrita(a) no CNPJ/MF sob o nº 38.852.363/0001-28, sediada(a) na Avenida Paripatê de Souza, 2545, Jardim Liberdade, Paranaíba/PR - CEP: 87705-020, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ANA PAULA MACHADO PASTORI, portadora do RG sob nº 13.198.762-5 e CPF sob nº 096.026.099-40, indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/06 e Portaria nº 4.703 de 19/01/2023 e demais disposições legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO (GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E EMBALAGENS) PARA CAMPANHAS DE VACINAÇÕES E REUNIÕES, VOLTADOS A SAÚDE, DESTA MUNICÍPIO, especificado no Termo de Referência, anexo I do edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025, que é parte integrante desta Ata assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição. E sua Dotação Orçamentária:

07.001.10.301.0022.2.081.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
07.001.10.301.0022.2.081.3.3.90.30.00.00. - 303 - MATERIAL DE CONSUMO
07.001.10.301.0022.2.081.3.3.90.30.00.00. - 494 - MATERIAL DE CONSUMO
07.001.10.301.0022.2.081.3.3.90.32.00.00. - 1000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
07.001.10.301.0022.2.081.3.3.90.32.00.00. - 494 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Valor Máximo do Lote: R\$ 6.126,00 (seis mil, cento e vinte e seis reais).

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	4	ARROZ AGULINHA TIPO 1 - BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, GRÃOS INTEIROS LONGOS E FINOS. O PRODUTO DEVE CONTER NO MÍNIMO 99% DE GRÃOS. APÓS O PREPARO SEGUNDO INSTRUÇÕES DO FABRICANTE O PRODUTO DEVE SE APRESENTAR: SOLTO, SEM FORMAÇÃO DE AGLOMERADOS OU PAPA. EMBALAGEM PRIMÁRIA DE PACOTE PLÁSTICO ATÓXICO DE 5KG COM VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO, SEM DANOS OU VIOLAÇÃO. PADRÃO DE QUALIDADE: RIZETTO, ZALELY, SUPER ECO, MIGRA, DELAARROZ, PRATO FINO, EQUIVALENTE OU SUPERIOR.	NUTRIPAR	Pct	10	23,00	230,00
1	31	REFRIGERANTE DE PRIMEIRA QUALIDADE, DISPONÍVEL EM SABORES VARIADOS, COM EMBALAGEM PET DE 2 LITROS, IDEAL PARA CONSUMO EM DIVERSAS OCASIÕES, COM GARANTIA DE SABOR E FRESCOR. EMBALAGEM PRÁTICA E SEGURA, ADEQUADA PARA ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE. SUGESTÃO DE MARCA: FURADA, PEPSI OU SUKITA.	GAROTO	UND	300	6,85	2.055,00
1	34	PRESUNTO COZIDO FATIADO, SEM CAPA DE GORDURA, A BASE DE CARNE SUÍNA MAGRO (PERNIL), EMBALAGEM PLÁSTICA A VÁCUO POR KG. APARÊNCIA: ASPECTO, COR, SABOR E ODORES CARACTERÍSTICOS. NO TRANSPORTE O PRODUTO DEVERÁ ESTAR REFRIGERADO, TRANSPORTADO EM VEÍCULO APROPRIADO, COM TEMPERATURA DE 7°C OU INFERIOR, ASSEGURANDO QUE O PRODUTO SE MANTENHA REFRIGERADO DURANTE O TRANSPORTE. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, ORIGEM DO PRODUTO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, ALÉRGICOS, LOTE, PESO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF) OU SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL (SIE) OU (SIM) SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL. O PRODUTO DEVERÁ TER NA DATA DA ENTREGA, NO MÍNIMO 80% (OITENTA POR CENTO) DO SEU PRAZO DE VALIDADE, AINDA POR VENCER.	FRIMESA	KG	10	36,60	366,00

1	35	SUGESTÃO DE MARCA: SEARA, AURORA, SÁDIA, PERDÃO OU FRIMESA. MUSSARELA DE 1ª QUALIDADE, APRESENTAÇÃO: FATIADO, FORMATO: VÁRIAS, CLASSIFICAÇÃO: MASSA MATUREDA, TEXTURA: FIBROSA, ELÁSTICA E FECHADA, COR: AMARELA, INGREDIENTES: LEITE DE VACA PASTEURIZADO, FERMENTO LÁCTICO, COALHO, SAL E CONSERVANTE, CONSERVAÇÃO: REFRIGERADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTO DE SUJEIÇÃO A MATERIAS ESTRANHOS DE QUALQUER NATUREZA, NÃO CONTER GLUTEN. EMBALAGEM: ENVOLUTÓRIO PLÁSTICO DE 1KG. SUGESTÃO DE MARCA: SÁDIA, SEARA OU ITALAC.	LITORAL	KG	10	48,70	487,00
1	43	DOCE DE LEITE, SABORES VARIADOS, COM EMBALAGEM (BISNAGA) COM NO MÍNIMO 120GR, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR A DATA DA FABRICAÇÃO E NÚMERO DE LOTE, VALIDADE. O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL, COM DATA DE VENCIMENTO SUPERIOR A 7 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SUGESTÃO DE MARCA: QUERO MAIS, DA CHACARA OU VIMIK.	DA CHACARA	Und	600	1,44	864,00
1	46	GELADINHO AMERICANO, SABORES SORTIDOS, PACOTE COM 40 UNIDADES DE 55 ML CADA.	BUSCHLE	Pct	40	15,60	624,00
1	51	SUCO INTEGRAL, PASTEURIZADO, SEM CONSERVANTES E SEM ADIÇÃO DE ACÚCAR - EMBALAGEM PET COM 900ML - (PADRÃO DE QUALIDADE PRATS, VIVA FELIZ, EQUIVALENTE OU SUPERIOR).	PRATS	UND	100	15,00	1.500,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a máximo cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao máximo quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

Do órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

CLÁUSULA QUARTA - VALIDADE DA ATA E PRAZO DE ENTREGA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme descrito no art. 84 da Lei 14.133/2021. E o prazo para entrega dos produtos deverá ser entregue o Termo de Referência, sendo ainda que se houver atrasos sem justificativa na entrega dos produtos a empresa poderá sofrer sanções.

CLÁUSULA QUINTA - REVISÃO E CANCELAMENTO

Haverá atualização periódica dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço do mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O registro do fornecedor será cancelado quando: descumprir as condições da ata de registro de preços;

não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas acima será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados: por razão de interesse público; ou a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Projeto Básico/Termo de Referência (ANEXO I).

No caso de registro de preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do objeto será efetuada pelos Fiscal do Contrato conforme Portaria nº 6.423/2025, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo I do Edital.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A critério do MUNICÍPIO, respeitada a ordem de classificação, o Setor de Licitação, convocará os proponentes classificados para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços, observado o prazo de validade da proposta, sob pena de decair do direito a ter seu preço registrado, na forma da Lei nº 14.133/21.

A Ata de Registro de Preços não obriga ao MUNICÍPIO a firmar a contratação, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente.

Se os licitantes classificados, convocados dentro do prazo de validade de suas propostas, deixarem de assinar a ARP, não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa aceita pela Setor de Licitação junto com o Jurídico do Município, o Pregoeiro, examinará as propostas subsequentes e a habilitação dos licitantes, segundo a ordem de classificação, até a apuração da proposta que atenda ao Edital, podendo ainda, negociar o preço.

O MUNICÍPIO avaliará o mercado constantemente, promovendo as negociações necessárias ao ajustamento do preço, publicando trimestralmente os preços registrados.

Os preços serão publicados no DOM (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO), e no site do Município de SÃO JOÃO DO CAIUÁ.

Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, Departamento Solicitante negociará com o FORNECEDOR sua redução, caso contrário, o signatário da Ata poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro do seu preço, devendo anexar ao requerimento documentação comprobatória.

O FORNECEDOR, antes de ser convocado para a retirada da Nota de Empenho, poderá requerer o MUNICÍPIO, por escrito, o cancelamento do registro, se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado ou por outro motivo superveniente, devendo apresentar documentação comprobatória do fato alegado, ressalvada a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/21.

Nessa hipótese, ocorrendo o cancelamento, o FORNECEDOR ficará exonerado da aplicação de penalidade.

Cancelado o registro, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, possibilitando igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações e não existindo mais preços registrados, o MUNICÍPIO procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, relativamente ao lote que restar frustrado.

Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço registrado em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado, mediante petição a ser protocolizada no Setor de Protocolo do Município.

O Setor de Contabilidade emitirá Nota de Empenho, desde que precedida de comprovação, pelo FORNECEDOR, de que mantém todas as condições de habilitação ou de qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar o MUNICÍPIO, de imediato, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado; o que deverá ser averiguado pela Departamento Solicitante;

O Departamento solicitante, deverá realizar o controle da entrega dos equipamentos, qualitativa e quantitativamente, visando, inclusive, que não se exceda o limite estimado para a contratação.

Os fornecedores que tiverem seus preços registrados deverão designar um membro efetivo de seu quadro permanente de empregados como responsável pela ARP junto o MUNICÍPIO.

O Departamento Solicitante poderá, a qualquer momento, solicitar aos fornecedores que tiverem seus preços registrados a substituição do responsável, caso o mesmo não conduza de forma satisfatória a administração da ARP e das contratações dela decorrentes.

O MUNICÍPIO não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, na Ata ou Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

As partes garantem que tomarão todas as medidas de segurança, de governança e boas práticas no tratamento de dados e informações. A adequação das medidas deverá levar em conta a Lei 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), e diretrizes, práticas técnicas e boas práticas a serem determinadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, o que poderá incluir selos, certificados e códigos de conduta regularmente emitidos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO

É eleito o Foro da Comarca de ALTO PARANÁ - PR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas.

São João do Caiuá/PR, 25 de junho de 2025.

CONTRATANTE
STEFAN TOMÉ PAUKA
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
ANA PAULA MACHADO PASTORI
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

1-

2-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ
Estado do Paraná
CNPJ nº 76.279.967/0001-16
Rua José de Anchieta, 1641 - Fone/Fax: (44)3447-1122 - Cx. Postal 61 - CEP 87750-000 - Alto Paraná-PR
E-mail: pmalparana@altparana.pr.gov.br - http://www.altparana.pr.gov.br

PORTARIA Nº. 586/2025

Claudemir Jôia Pereira, Prefeito do Município de Alto Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 9º da Lei Municipal nº 3.079/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à Secretária de Assistência Social, Carla Pinheiro Alves Silva, 2 (duas) diárias, em razão de sua ida à Curitiba-PR, para participar do Lançamento do Programa Agente Cidadania-Expansão para a Rede Socioassistencial, bem como para acompanhar a Secretaria de Desenvolvimento Social e Família. A Secretária estará em Curitiba entre os dias 30 de junho a 02 de julho de 2025, com saída no dia 30, às 13h, e retorno no dia 02, às 13h.

Art.2º O valor total das diárias autorizadas é de R\$ 1.438,10 (um mil quatrocentos e trinta e oito reais e dez centavos), conforme previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.079/2019;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Paraná-PR, 25 de junho de 2025.

Claudemir Jôia Pereira
Prefeito Municipal
18º Gestão Administrativa

ESTADO DO PARANÁ
CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO CAIUÁ
Extrato das Contratações

EXTRATO DE CONTRATO: 33/2025 - CMSAC
MODALIDADE: 18/2025 - Inexigibilidade de licitação
CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO CAIUÁ
CONTRATADA: PRÁTICA CONSULTORIA E CAPACITAÇÃO

OBJETO: CURSO/EVENTO DE CAPACITAÇÃO PARA VEREADOR, PRESENCIAL EM CURITIBA - PR COM O TEMA: A ANTIGA E A REFORMA DA MUDANÇA DE PARADIGMA E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS REALIZADO PELA PRÁTICA CAPACITAÇÃO POR MEIO DE SOLICITAÇÃO DO VEREADOR JOSÉ EDIMAR SANTIAGO.

VALOR TOTAL: R\$2.490,00 (dois mil, quatrocentos e noventa reais)
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: quinta-feira, 26 de junho de 2025
PRAZO DE VIGÊNCIA: 11 Julho 2025

Santo Antônio do Caiuá (PR), quinta-feira, 26 de junho de 2025.

MILTON FELICIANO FERREIRA
JUNIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ
Estado do Paraná
CNPJ nº 76.279.967/0001-16
Rua José de Anchieta, 1641 - Fone/Fax: (44)3447-1122 - Cx. Postal 61 - CEP 87750-000 - Alto Paraná-PR
E-mail: pmalparana@altparana.pr.gov.br - http://www.altparana.pr.gov.br

PORTARIA Nº 587/2025

Claudemir Jôia Pereira, Prefeito do Município de Alto Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 9º da Lei Municipal nº 3.079/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à Diretora do Programa de Prevenção ao Uso de Drogas, Selma Henrique dos Santos, 2 (duas) diárias, em razão de sua ida à Curitiba-PR, para participar do Lançamento do Programa Agente Cidadania-Expansão para a Rede Socioassistencial, bem como para acompanhar a Secretária de Assistência Social em sua ida à Secretaria de Desenvolvimento Social e Família. A Diretora estará em Curitiba entre os dias 30 de junho a 02 de julho de 2025, com saída no dia 30, às 13h, e retorno no dia 02, às 13h.

Art.2º O valor total das diárias autorizadas é de R\$ 1.438,10 (um mil quatrocentos e trinta e oito reais e dez centavos), conforme previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.079/2019;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Paraná-PR, 25 de junho de 2025.

Claudemir Jôia Pereira
Prefeito Municipal
18º Gestão Administrativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ
Estado do Paraná
CNPJ nº 76.279.967/0001-16
Rua José de Anchieta, 1641 - Fone/Fax: (44)3447-1122 - Cx. Postal 61 - CEP 87750-000 - Alto Paraná-PR
E-mail: pmalparana@altparana.pr.gov.br - http://www.altparana.pr.gov.br

PORTARIA Nº. 588/2025

Claudemir Jôia Pereira, Prefeito do Município de Alto Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 9º da Lei Municipal nº 3.079/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Adriana Christina Scriptore Lopes, Agente Social, 2 (duas) diárias, em razão de sua ida à Curitiba-PR, para participar do Lançamento do Programa Agente Cidadania-Expansão para a Rede Socioassistencial, bem como para acompanhar a Secretária de Assistência Social em sua ida à Secretaria de Desenvolvimento Social e Família. A servidora estará em Curitiba entre os dias 30 de junho a 02 de julho de 2025, com saída no dia 30, às 13h, e retorno no dia 02, às 13h.

Art.2º O valor total das diárias autorizadas é de R\$ 1.438,10 (um mil quatrocentos e trinta e oito reais e dez centavos), conforme previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.079/2019;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Paraná-PR, 25 de junho de 2025.

Claudemir Jôia Pereira
Prefeito Municipal
18º Gestão Administrativa

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO IVAÍ
CNPJ 00.921.372/0001-50
Av. Gustavo Brigagão, 579 - Praça Souza Naves
C x. Postal 085 - Fone 44 3453-1232 - CEP 87910-000 - E-mail: camarasai@uol.com.br
SANTA ISABEL DO IVAÍ - ESTADO DO PARANÁ

Extrato do Contrato nº 12/2025
Inexigibilidade de Licitação
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO IVAÍ - PR
CNPJ nº 00.921.372/0001-50
Contratado: Supra Consultoria e Treinamento Capacitação Profissional em Gestão Pública Ltda
CNPJ nº 40.621.340/0001-54
Valor: R\$. 20.930,00 (vinte mil novecentos e trinta reais)
Objetivo: Despesa com participação no Congresso Nacional de Licitações, Contratos, e Inovações com Inteligência Artificial nos dias 24, 25, 26, 27 de junho de 2025. Participação dos vereadores Clelio Gomes da Silva, Jose Carlos Aleixo, Sidney Vieira Gomes, Roberto Mendes da Silva, Maria Ermelinda Almendra Lourenço, Sadi Alves da Rosa, Ednei Inacio.
Condição de Pagamento: Pagamento será efetuado após empenho e publicação nota fiscal do curso.
Foro: Comarca de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná

Santa Isabel do Ivaí, 26 de Junho de 2025.

Cicero Caroni.
Presidente

PREFEITURA DE MIRADOR

EXTRATO CONTRATUAL

Ref: Contrato nº 070/2024 - ID 2423
Assunto: Aditamento Contratual

CONTRATANTE: PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE MIRADOR/PR.
CNPJ/MF Nº 75.475.442/0001-93

CONTRATADA: ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA

CNPJ/MF Nº 26.804.377/0001-97

OBJETO DO ADITAMENTO:
PRAZO: Pelo presente termo aditivo, e com fundamento no art. 105 da Lei nº 14.133/21, fica prorrogado o prazo de EXECUÇÃO/VIGÊNCIA contratual, pelo período de 12 (doze) meses, passando a vencer em 30/06/2026.

REEQUILIBRIO: Por disposição do presente instrumento, e em conformidade com o artigo 6º, inciso LVIII, artigo 25, § 7º e; artigo 92, inciso V, fica reajustado o valor do referido contrato, aplicando-se a correção pelo índice contratualmente previsto, no valor de R\$ 99.139,92 (noventa e nove mil cento e trinta e nove reais e noventa e dois centavos), assim sendo, o valor global do Contrato nº 070/2024 passa a ser de R\$ 105.750,60 (cento e cinco mil setecentos e cinquenta reais e sessenta centavos)

CLAUSULA DE PRORROGAÇÃO: Existente.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se aos AUTOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2024.

Mirador, 26 de Junho de 2025

FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE MIRADOR

EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2025-ID-ICE/PR -2525/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

CNPJ Nº 75.475.442/0001-93

CONTRATADA: J. C. SANCHES CONSTRUTORA LTDA

CNPJ/MF: 10.572.449/0001-88

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE "EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM BLOCO DE CONCRETO SEXTAVADO" NA RUA ANCHIETA E TRAVESSA DA PAZ, NESTE MUNICÍPIO DE MIRADOR, ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DE EMENDA ESPECIAL. (ESPECIFICAÇÃO DO ITEM CONFORME EDITAL DE LICITAÇÃO).

Descrição do item	Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total
CONTRATAÇÃO DE "EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM BLOCO DE CONCRETO SEXTAVADO" NA RUA ANCHIETA E TRAVESSA DA PAZ, NESTE MUNICÍPIO DE MIRADOR, ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DE EMENDA ESPECIAL. (ESPECIFICAÇÃO DO ITEM CONFORME EDITAL DE LICITAÇÃO)	RS	1,0000	R\$ 467.000,0000	R\$ 467.000,00

VALOR: R\$ 467.000,00 (quatrocentos e sessenta e sete mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 26 de junho de 2025.

FORO: Comarca de Piraí do Norte, Estado do Paraná.

Mirador, 26 de junho de 2025.

FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO LEGAL Edição - 19.812

perfil atendido nas oficinas e nas aulas de balé e karatê. Igualmente, proporcionar as condições estruturais adequadas para o atendimento realizado no CRAS e no Conselho Tutelar.

7. METODOLOGIA DE TRABALHO

O programa de atendimento a crianças e adolescentes em Santo Antônio do Caiuá é estruturado com o objetivo de promover o desenvolvimento integral e assegurar a proteção social de indivíduos em situação de vulnerabilidade. O serviço segue uma abordagem integrada, visando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, além de garantir o acesso a serviços essenciais para a promoção do bem-estar e direitos dessa população.

No Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a equipe é composta pela coordenadora, assistente social, psicóloga, educadora social e oficineiros, os quais desempenham um papel essencial no desenvolvimento de diversas atividades. Dentre essas, destaca-se o PAIF, que oferece atendimentos tanto individuais quanto em grupo, com o objetivo principal de promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Ao potencializar o serviço ofertado, os atendimentos ocorrerão semanalmente, e durante esse processo, os profissionais serão responsáveis por identificar as necessidades das famílias e elaborar planos de acompanhamento adequados. Ademais, serão aprimoradas de forma quinzenal, oficinas e palestras sobre temas variados a depender das demandas dos usuários da política, conduzidos por técnicos, educadores e especialistas convidados.

O SCFV tem como propósito adotar uma abordagem preventiva e protetiva, visando à defesa dos direitos dos usuários e ao desenvolvimento de suas capacidades. A equipe é composta por equipe técnica, educadores sociais, artistas e voluntários, que desempenham papel fundamental na facilitação das atividades. As ações lúdicas e culturais serão realizadas três vezes por semana, incluindo oficinas de arte e dança, a serem realizadas por profissionais especializados. Além disso, serão promovidos encontros e dinâmicas semanais, com ênfase na convivência e na construção de vínculos afetivos positivos. Atividades de caráter mensal incentivam as crianças e os adolescentes a refletirem sobre suas metas e aspirações, apoiando-os na elaboração de projetos de vida significativos.

O Conselho Tutelar desempenha a função de assegurar a proteção e a promoção dos direitos de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade social e risco. A equipe é composta por conselheiros tutelares, responsáveis pelo monitoramento de casos e pela realização de intervenções em contextos de risco, sempre que se fizer necessário. Com aprimoramento do serviço, o Conselho terá melhores condições de desenvolver ações preventivas e de orientação junto à comunidade, organizando encontros trimestrais para difundir informações sobre os direitos da criança e do adolescente e a prevenção de abusos. Para garantir a eficácia em suas atividades, faz-se necessário que os conselheiros participem de capacitações periódicas, realizadas a cada dois meses, nas quais são abordados temas pertinentes à legislação vigente e às técnicas de mediação.

As atividades do programa serão realizadas de maneira articulada, com a atuação de uma equipe multidisciplinar que coopera estreitamente com a comunidade, com o propósito de assegurar um atendimento de elevada qualidade, promovendo a proteção social e o desenvolvimento integral da população atendida.

8. ATIVIDADES E CRONOGRAMA

OBJETIVOS	ATIVIDADES	Periodicidade das atividades			
		Diária	Semanal	Mensal	Anual
Oferecer atividades que promovam o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e cognitivas em crianças e adolescentes atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).	Oferecer aulas de balé e karatê para promover o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e cognitivas em crianças e adolescentes atendidos pelo SCFV.		X		
	Atividades que incentivem a expressão emocional e a comunicação, ajudando os participantes a desenvolver empatia e habilidades interpessoais.			X	
	Dinâmicas que promovam o trabalho em equipe, a resolução de conflitos e a criação de vínculos de amizade entre os jovens.			X	
	Promover eventos e atividades que envolvam as famílias, fortalecendo os laços familiares e o apoio mútuo.				X

Equipar os serviços do SCFV com materiais de consumo e equipamentos adequados para criar um ambiente mais seguro e estimulante para as crianças.	Promover passeios culturais para crianças e adolescentes do SCFV.				X
	Adquirir materiais de informática, eletrodomésticos, utensílios de cozinha, equipamentos audiovisuais e mobiliários para criar um ambiente funcional e acolhedor no SCFV.				X
Adquirir equipamentos de informática e audiovisuais para o Conselho Tutelar.	Adquirir computadores, celulares e mobiliários para o Conselho Tutelar, visando melhorar a eficiência dos serviços e a comunicação interna e externa.				X
	Contratar profissional qualificado para realizar avaliações psicopedagógicas e intervenções.				X
Oferecer atendimentos especializados com profissional psicopedagogo, para crianças que são acompanhamentos no SCFV.	Realizar reuniões regulares para avaliar e identificar as necessidades específicas de cada criança, com base em observações e relatórios da equipe. Realizar encontros periódicos da equipe multidisciplinar para discutir o progresso das crianças, ajustar estratégias e compartilhar experiências.			X	
	Oferta de espaço de lazer para crianças, a fim de propiciar a liberdade de criar histórias, personagens e cenários, estimulando a criatividade e imaginação, a relação comunitária, além disso, há a possibilidade de explorar a natureza local com atividades ao ar livre como piqueniques.		X		X
Aquisição de veículo para um melhor atendimento dos equipamentos.	A compra do veículo 0 km será para o atendimento de crianças e adolescentes que serão atendidas e prioritárias, no qual o veículo não será destinado a outras finalidades que não estejam de acordo com o				X

	planejamento, sendo assim o período da aquisição se dará a partir do recebimento do recurso.				
--	--	--	--	--	--

9. ETODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO OU MODALIDADE

A execução do plano de trabalho será monitorada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Santo Antônio do Caiuá, que exercerá um papel essencial na supervisão e no acompanhamento das ações planejadas. A coordenação desse processo ficará a cargo do Departamento Municipal de Assistência Social, contando com a expertise da equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

A avaliação será realizada a cada semestre, possibilitando um acompanhamento contínuo e estruturado das ações desenvolvidas, ao final de cada período de seis meses, ocorrerão reuniões específicas para revisar o andamento do Plano de Trabalho, analisando os resultados obtidos, os obstáculos enfrentados e as oportunidades de aprimoramento. Essa dinâmica colaborativa assegura a participação ativa de todos os envolvidos, inclusive da equipe do SCFV, permitindo a troca de sugestões, fortalecendo a transparência e a responsabilidade na execução das atividades voltadas ao pleno desenvolvimento das atividades propostas neste plano para atendimento qualificado e integral as crianças e adolescentes atendidos.

Nome da Técnica responsável pela elaboração do projeto	Adriele de Souza da Silva
Telefone	(44) 99729-9606
E-mail	adrielesilva4@gmail.com
Formação / Registro no Conselho	CRESS 13676 11ª Região

Santo Antônio do Caiuá, 26 de junho de 2025.

Marcos Henrique dos Santos Oliveira

Gestor Municipal do Departamento de Assistência Social

Marcos Henrique dos Santos Oliveira

Nome do Gestor da Pasta vinculada a Política da Criança e do Adolescente



EDITAL Nº 08/2025

PROCESSO LICITATÓRIO DE CONTRATAÇÃO DIRETA: Nº 10/2025
DISPENSA PRESENCIAL: Nº 05/2025

Torna-se público que a **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA/PR**, por meio do Setor de Licitações e Contratos, realizará dispensa na forma Física, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, na hipótese do art. 75, inciso **II**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Legislativo nº 23/2023 e demais legislações aplicáveis e exigências estabelecidas neste Aviso.

DATA DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL: 27/06/2025
DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 27/06/2025 ÀS 08H00MIN
DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 02/07/2025 ÀS 17H00MIN
LANÇES: 03/06/2025 DAS 09H00MIN ÀS 10H00MIN
INTERVALO MÍNIMO: 3 (TRÊS) DIAS
VALOR MÁXIMO: R\$ 23.475,80
SESSÃO DE JULGAMENTO: 03/06/2025 ÀS 15H30MIN
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:
licitacao@cmnovalondrina.pr.gov.br
LINK DO **EDITAL:** **PORTAL** **TRANSPARÊNCIA:**
<https://novalondrina.eloweb.net/portalttransparencia/2/licitacoes>
EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS: ☐ SIM ☒ NÃO
MARGEM DE PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL: ☐ SIM ☒ NÃO
HORÁRIO DE REFERÊNCIA: BRASÍLIA/DF
PRAZO RECURSAL: 03 DIAS

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALISTA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS LEGAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA/PR EM JORNAL DE IMPRENSA OFICIAL ESCRITA, COM FORNECIMENTO DE EXEMPLARES IMPRESSOS.
- A contratação será por *itens, conforme tabela constante no Termo de Referência.*
 - Havendo mais de um item ou lote facultar-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que compõem.
- O critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- Legislação vigente aplicada a esta contratação direta:

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:		
LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_lei/2021/Lei_14133.htm		
REGULAMENTAÇÃO DA LEI 14.133/2021 NA CÂMARA MUNICIPAL:		LINK ACESSO:
DECRETO Nº 07/2021 – REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_07.htm	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_07.htm
DECRETO Nº 08/2021 – DISPOE SOBRE AS REGRAS PARA ATUAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E DA EQUIPE DE APOIO, ASSIM COMO DOS GESTORES E FISCALIS DE CONTRATO	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_08.htm	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_08.htm
DECRETO Nº 09/2021 – DISPOE SOBRE A FASE PREPARATÓRIA DOS PROCEDIMENTOS LICITATORIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_09.htm	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_09.htm
DECRETO Nº 10/2021 – DISPOE SOBRE A LICITAÇÃO PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO, NA FORMA PRESENCIAL, PARA CONTRATAÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E OBRAS.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_10.htm	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_10.htm
DECRETO Nº 11/2021 – DISPOE SOBRE A LICITAÇÃO PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO, NA FORMA PRESENCIAL, PARA CONTRATAÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E OBRAS.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_11.htm	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_11.htm
DECRETO Nº 12/2021 – REGULA A REALIZAÇÃO DO ENCAMINHAMENTO DOS BENS NAS CATEGORIAS COMUM, ESPECIAL E DE LUJO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_12.htm	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_12.htm
DECRETO Nº 13/2021 – REGULA A REALIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE, NA LEI Nº 14.133.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_13.htm	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_13.htm
DECRETO Nº 14/2021 – ESTABELECE REGRAS E DIRETRIZES PARA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA, LEI Nº 14.133.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_14.htm	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_14.htm
DECRETO Nº 15/2021 – DISPOE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO POR SANÇÕES (PARTE DA APLICAÇÃO DE PENALIDADES E DA REABILITAÇÃO NO ÂMBITO NA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA, LEI Nº 14.133.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_15.htm	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_15.htm
DECRETO Nº 16/2021 – REGULAÇÃO DO SISTEMA DE PREÇOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA, LEI Nº 14.133.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_16.htm	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_16.htm
DECRETO Nº 21/2021 – REGULAÇÃO A LEI Nº 14.133 DE 31 DE ABRIL DE 2021, QUE DISPOE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_21.htm	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_21.htm
DECRETO Nº 22/2021 – REGULAÇÃO A LEI Nº 14.133 DE 31 DE ABRIL DE 2021 QUE DISPOE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO NO MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_22.htm	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_22.htm
DECRETO Nº 23/2021 – REGULAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO NA FORMA FÍSICA NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_23.htm	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_23.htm
DECRETO Nº 24/2021 – DISPOE SOBRE DISPENSA DE LICITAÇÃO NA FORMA ELETRÔNICA, DE QUE TRATA A LEI Nº 14.133/2021, E INSTITUI O SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_24.htm	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_24.htm
DECRETO Nº 25/2021 – DISPOE SOBRE O PROCEDIMENTO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL, NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO, PARA OS PROCEDIMENTOS LICITATORIOS E CONTRATAÇÃO DIRETA NOS MODELOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_25.htm	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_25.htm
DECRETO Nº 26/2021 – DISPOE SOBRE A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL, NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO, PARA OS PROCEDIMENTOS LICITATORIOS E CONTRATAÇÃO DIRETA NOS MODELOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_26.htm	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_26.htm
DECRETO Nº 27/2021 – DA NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º E ART. 7º DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 09/2023 E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_27.htm	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2021/Decreto_27.htm
DECRETO Nº 08/2023 – REGULAÇÃO DE QUOTAS PORCENTUAIS COMPLEMENTARES DECRETOS LEGISLATIVOS QUE REGULAMENTAM APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133, DE 01-04-2021 NOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2023/Decreto_08.htm	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/_decreto/2023/Decreto_08.htm

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA PRESENCIAL

- Poderão participar desta Dispensa de Licitação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.
- Como requisito para participação na dispensa, o fornecedor deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Aviso.
- Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas através do Decreto Legislativo nº 23/2023 que define o procedimento de Dispensa de Licitação no âmbito do Órgão Legislativo.
- Será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, observadas as disposições constantes do art. 4º, caput, da Lei nº 14.133/21, de acordo com o objeto da contratação da presente Dispensa.
- Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
 - que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
 - estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a eles necessários;
 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe for imposta;
 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- empresa declarada inidônea por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
- empresa suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública no âmbito do Estado do Paraná;
- empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Nova Londrina/PR.

3. DO INGRESSO NA DISPUTA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- O ingresso do fornecedor na disputa da DISPENSA PRESENCIAL se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- Após a divulgação do aviso de contratação direta, durante período de recebimento das propostas, o fornecedor interessado deverá encaminhar proposta de preços através do endereço eletrônico licitacao@cmnovalondrina.pr.gov.br, em papel timbrado da empresa, conforme **ANEXO III**, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, de acordo com as exigências constantes deste Aviso e do Termo de Referência, de forma clara e detalhada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada a última folha e rubricada às demais pelo representante legal do interessado.
- As propostas poderão ser protocoladas junto ao setor de licitações do órgão e serão disponibilizadas imediatamente no portal da transparência.
- Se a proposta estiver assinada por procurador, deverá ser encaminhada cópia da procuração que conceda tais poderes e, ainda cópia de documentos de identificação do outorgado.
- O preço unitário e total dos itens deverá estar expresso em numeral e em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais.
- Em caso de divergência de valores entre o preço unitário e o valor total, prevalecerá o valor unitário.
- O fornecedor declara que o seu preço compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.
- Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam o proponente.
- Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro defeito.
- Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- Independente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- Uma vez enviada a proposta, os fornecedores **NÃO** poderão removê-la, substituí-la ou modificá-la.
- No cadastramento da proposta inicial, o proponente deverá apresentar Declaração Unificada, conforme **Anexo V**.

4. FASE DE LANÇES

- A partir das **09h00min** da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública, representada pelo envio/recebimento de propostas pelo endereço eletrônico indicado ou protocolo direto junto ao setor, será aberta para que os fornecedores iniciem o envio de lances/propostas e sucessivos.
 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
 - O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado.
- O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo a disputa, desde que inferiores ao menor por ele ofertado, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 1,00 (UM REAL)**.
- Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá o valor de sua proposta.
- Durante o intervalo mínimo do procedimento, os fornecedores serão informados, até as 17h00min do dia, das propostas registradas, com exceção do último dia, em que as propostas serão disponibilizadas no site eletrônico do município no momento da constatação de seu recebimento pelo agente responsável.
- Em caso da proposta ser protocolada junto ao setor de licitações, o órgão promoverá a divulgação no período de até 1 (uma) hora do seu recebimento.
- Imediatamente após o término do envio das propostas, haverá a divulgação das propostas em ordem crescente de classificação.
- O encerramento da fase de envio das propostas, ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- Encerrado o prazo para envio da proposta e documentação, o órgão ou entidade realizará a verificação de cada uma das propostas recebidas, quanto à adequação ao objeto e preço, declarando a ordem de classificação.
- No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, o agente condutor negociará com o interessado para tentativa de obtenção de condições mais vantajosas.
- Será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua

- proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento de dispensa física.
 - Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - contiver vícios insanáveis;
 - não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
 - apresentar preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e de mercado;
 - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de

- esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requerante do serviço ou da área especializada no objeto.
 - Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação.
 - Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando nova data e horário para a sua continuação.
 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

6. HABILITAÇÃO

- Os documentos a serem apresentados para fins de habilitação que constam do **ANEXO I** deste Aviso, serão exigidos somente do fornecedor mais bem classificado da fase de lances e/ou da negociação.
 - Como condições prévias ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante as seguintes consultas:
 - lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://certidaoappf.apps.tcu.gov.br/>).
 - fornecedores sancionados e suspensos pelo Governo do Estado do Paraná (http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/situacao_fornecedores?windowId=8e8).
 - consulta do banco de dados de penalidades do município de Nova Londrina/PR.
 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
 - A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

- Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

- Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, a pedido do agente de contratação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- Quando houver dúvida em relação à integridade do documento digitalizado, o agente condutor poderá requerer a comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais.
- Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pelo fornecedor, mediante apresentação de justificativa.
- A regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito da participação e à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso, e facultará ao agente convocar as os participantes remanescentes, na ordem de classificação.
- Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

- Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato, Ata de Registro de Preços ou emitido instrumento equivalente.
- O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito da contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.
- O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- A assinatura do contrato ou instrumento equivalente vinculará a contratada à sua proposta e as previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.
- A Contratada reconhecerá que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.
- Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente poderá ser exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

- Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que:
 - não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
 - apresentar documentação falsa;
 - deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - ensajar o retardamento da execução do objeto;
 - não manter a proposta;
 - cometer fraude fiscal;
 - comportar-se de modo inidôneo;
- Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento com ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- A CONTRATADA, durante a execução do Contrato, poderá ser anuada com:
 - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarreterem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos;
 - Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ress

Samuel Oliveira de Lima
Presidente

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA

PROCESSO LICIT TORIO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N : 10/2025

DISPENSA FÍSICA N : 05/2025

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

RAZÃO SOCIAL: CNPJ/CPF:

ENDEREÇO: BAIRRO:

CIDADE/UF: CEP: TELEFONE:

REPRESENTANTE LEGAL: CPF:

RG: E-mail:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	MARCA OFERTADA	VALOR TOTAL
1		UN				
2		UN				
3		UN				
...		UN				
5		UN				
6		UN				
7		UN				
8		UN				
9		UN				
10		UN				
VALOR TOTAL						R\$ 0,00

O prazo de validade da proposta é de ____ (_____) dias corridos.

Nome do banco indicado para o pagamento: _____, Agência: _____, Conta Corrente: _____.

Prazo de entrega/execução: ____ dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviços.

*Prazo de Garantia: _____ meses, contados da data de apresentação da proposta.

**Se couber diante das exigências da contratação do objeto.*

Declaro que examinei, conheço e me submeto a todas as condições expresas na presente contratação direta, bem como verifiquei todas as especificações contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de fornecimento e documentos que dele fazem parte.

Declaro que o preço ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

Declaro ainda que, estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos diretos ou indiretos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa   realização integral de seu objeto.

Local ____ de ____ de 20__.

Representante Legal

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME EPP

PROCESSO LICIT TORIO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N  10/2025
DISPENSA FÍSICA N  05/2025

Eu, _____, subscrito abaixo, DECLARO que a empresa (**qualificação da empresa proponente**) _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n  _____, com sede no endereço _____, município _____/_____, neste ato por mim representada, para todos os fins de direito, especificamente para participação na presente contratação, faz jus ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, por estar contida no rol de beneficiários do artigo 3  da referida Lei.

DECLARO também, c ncia de que a prestação de informações inverídicas sujeitará a empresa, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária relativas à falsidade ideológica (art. 299 do código Penal) e ao crime a ordem tributária (art. 1  da Lei n  8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____/_____, de _____ de 2025.

Nome e Assinatura do representante legal

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PROCESSO LICIT TORIO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N  10/2025
DISPENSA FÍSICA N  05/2025

A empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o n  _____, sediada na Rua _____, n  _____, bairro _____, na cidade de _____, situada no Estado de _____, com o endereço eletrônico _____, para os fins de participação da **DISPENSA FÍSICA N  05/2025, DECLARA**  s as penalidades cabiveis, que:

I - Atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - não foi declarada in d nea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

III - conhece as especificações do objeto e os termos constantes neste Aviso e seu(s) Anexos, e que, concorda com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possui todas as condições para atender e cumprir as exigências de fornecimento então cont das;

IV - na qualidade de Proponente do procedimento de Contra  a  o Direta instaurado por este Município, o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do RG sob n  _____, e CPF n  _____, cuja função/cargo   _____, sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

V - não mant m vínculo de natureza técnica, comercial, econ mica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

VI - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

VII - a proposta econ mica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega das propostas.

VIII - o endereço correto, em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo de contratação direta, bem como em caso de eventual contratação, é _____.

E-mail: _____

Telefone: _____

IX - Nomeia e constitui o(a) senhor(a) _____, portador(a) do CPF/MF sob n  _____, para ser o(a) **preposto responsável** para acompanhar a execução do Contrato ou instrumento equivalente, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas diante da participação neste instrumento convocatório e seus anexos.

X - para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n  14.133/21, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezoiss is anos (inciso XXXIII do art. 7  da Constituição Federal).

Resposta: () **emprega** menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a resposta acima.

XI - conhecimento acerca da disposição contida no artigo 155, VIII da Lei 14.133/2021, quanto a apresentação de declaração falsa. _____/_____, de _____ de 2025.

Nome e Assinatura do representante legal

ANEXO VI

MODELO MINUTA DO CONTRATO

(Processo Administrativo n  _____.)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N  _____/2025, QUE FAZEM ENTRE SI   CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA, POR INTERMÉDIO DO (A) _____ E

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA, com sede na XXXXX, na cidade de XXXXX/Estado _____, inscrita(o) no CNPJ sob o n  XXXX, neste ato representado(a) pelo Presidente XXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n  _____, sediado(a) na _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____, (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo n  _____ e em observância às disposições da **Lei n  14.133, de 1  de abril de 2021**, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 05/2025** mediante as cláusulas e condi  es   seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento     contratação de empresa para fornecimento e prestação de serviços, conforme objeto: XXXXXXXXXXXXXXXX, nas condi  es estabelecidas no Termo de Refer ncia.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	MARCA OFERTADA	VALOR TOTAL
1	UN					
2	UN					
3	UN					
...	UN					
6	UN					
7	UN					
8	UN					
9	UN					
10	UN					
VALOR TOTAL						R\$ 0,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital de Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da sua publicação, na forma do **artigo 105 da Lei n  14.133, de 2021**.

2.2. O contrato não tem direito subjetivo   prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (.....).

5.2. No valor acima estão includas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos é/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, VI)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevist veis no prazo de um ano contado da data da proposta.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratado, do  ndice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluidas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s)  ndice (s) de reajustamento, o contratante pagar  ao contratado a importância calculada pela última variação do  ndice, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s)  ndice(s) definitivo(s).

7.5. Nas af r es finais, o(s)  ndice(s) utilizado(s) para reajuste será( o), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s)  ndice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será( o) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao  ndice substituto, as partes elegerão novo  ndice para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGA  OES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XVII)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorr ncias verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabiveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.10. A Administração terá o prazo de **10 (dez) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econ mico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **15 (quinze) dias**.

8.12. Notificar os entes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGA  OES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações   segurá disp ostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (**Lei n  8.078, de 1990**);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (**art. 137, II, da Lei n  14.133, de 2021**) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorr ncias resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado   Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade   fiscalização ou   acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando for possível   verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e   Div da Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CEF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e às demais previstas em legislação específica, cuja inadiqua  o n  transfere a responsabilidade   n  poderá onerar o objeto do contrato, bem como por todo e qualquer dano causado   Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade   fiscalização ou   acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilização com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (**art. 116, da Lei n  14.133, de 2021**);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (**art. 116, parágrafo único, da Lei n  14.133, de 2021**);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo completá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no **art. 124, II, d, da Lei n  14.133, de 2021**.

9.16. Cumprir, além dos post ulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratado;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRA  OES E SAN  OES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da **Lei n  14.133, de 2021**, o contratado que:

a) der causa   execução parcial do contrato;

b) der causa   execução parcial do contrato que cause grave dano   Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa   execução total do contrato;

d) ensinar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificável;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo in d neo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no **art. 3  da Lei n  12.846, de 1  de agosto de 2013**.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa   execução parcial do contrato, sempre que não se justificar   imposição de penalidade mais grave (**art. 156,  2 , da Lei n  14.133, de 2021**);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar   imposição de penalidade mais grave (**art. 156,  2 , da Lei n  14.133, de 2021**);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem   imposição de penalidade mais grave (**art. 156,  2 , da Lei n  14.133, de 2021**).

iv. **Multa**:

1. Moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

i. O atraso superior a 10 dias autoriza   Administração é promover   extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme disp o o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para   execução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, 10% a 30% do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.

6. Para   infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (**art. 156,  2 , da Lei n  14.133, de 2021**).

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (**art. 156,  2 , da Lei n  14.133, de 2021**).

11.3.2. Antes da aplicação das sanções, não inscritas em div da ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução **Normativa SFE/MS/ME n  26, de 13 de abril de 2022**.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se  em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do **art. 158 da Lei n  14.133, de 2021**, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (**art. 156,  1 , da Lei n  14.133, de 2021**):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e)   implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na **Lei n  14.133, de 2021**, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na **Lei n  12.846, de 2013**, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o réto procedimental e autoridade competente definidas na referida Lei (**art. 159**).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular   prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial; e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas   pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração,   pessoa jurídica sucessora ou   empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório,   ampla defesa e   obrigatoriedade de análise jurídica prévia (**art. 160, da Lei n  14.133, de 2021**).

11.8. O Contratado deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas In d neas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (**art. 161, da Lei n  14.133, de 2021**).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do **art. 163 da Lei n  14.133/21**.

11.10. Os débitos do contratado para com   Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em div da ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução **Normativa SFE/MS/ME n  26, de 13 de abril de 2022**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XVI)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá   Administração providenciar   readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá   Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admissíveis em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2.2.   alteração social ou   modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará   extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.3.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econ mico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indeniza  rio (**art. 131, caput, da Lei n  14.133, de 2021**).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mant m vínculo de natureza técnica, comercial, econ mica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.é 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na dotação abaixo discriminada:

FONTE DE RECURSOS: 1001 – RECURSOS DO TESOURO (DESCENTRALIZADOS) EXERCÍCIO CORRENTE (X) ORÇAMENTÁRIA (X) EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE GESTORA:	CÂMARA MUNICIPAL
ÓRGÃO:	01 CÂMARA MUNICIPAL
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	01.01 CÂMARA MUNICIPAL
FUN��IONAL PROGRAMÁTICA:	01.031.0003.1003
NATUREZA DA DESPESA:	3.3.90.40.0000
ELEMENTO DE DESPESA:	3.3.90.40.00.00 SERV. DE TECNOLOGIA DA INFORMACÃO E COMUNICA�O - PJ
SUBELEMENTO DE DESPESA:	3.3.90.40.57.00 SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.2. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei **n  14.133, de 2021**, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na **Lei n  8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor** – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERA  OES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se- o pela disciplina dos **arts. 124 e seguintes da Lei n  14.133, de 2021**.


14.2. O contratado é obrigado   aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supresses que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3

TODOS CONTRA A



DENGUE



COLOQUE NA SUA ROTINA
**NÃO DEIXE ÁGUA
ACUMULADA EM
PNEUS VELHOS.**

[DN]
DIÁRIO DO NOROESTE